AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2025
Processo Administrativo Nº 014/2025

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que O CIMME, por meio do Departamento de Compras e Licitações, sito na Rua Daniel de Carvalho, 379, Centro, CEP: 35860-000, Conceição do Mato Dentro/MG, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Portarias 05 e 06/2023 e legislação aplicável.

RECEBIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO:
INÍCIO: Do dia **26/05/2025**
FIM: Até dia **29/05/2025** as **09:00 horas. (horário de Brasília)**
LOCAL DE LANÇAMENTO DAS PROPOSTAS: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – https://licitar.digital/

1. DO OBJETO:

O objeto da presente dispensa é a contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica para levantamento de demandas e elaboração de projeto para captação de recursos junto ao governo federal, e o cadastro do mesmo na plataforma transferegov." A contratação será por menor preço global, conforme tabela constante abaixo:

ITEM	Especificação	Unid	Qtde
01	Serviços de consultoria e assessoria técnica para levantamento de demandas e elaboração de projeto para captação de recursos junto ao governo federal, e o cadastro do mesmo na plataforma transferegov. Projeto referente ao **Edital de Chamamento Público SQA nº 01/2024 – Gestão de Resíduos Sólidos em Consórcios Públicos Municipais de Minas Gerais**, cujo objetivo é viabilizar o acesso a recursos financeiros oriundos do **Acordo Substitutivo de Multa Ambiental nº 1/2020.**	Serviço	**01**

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA:

2.1 Poderão participar desta Dispensa de Licitação, pessoas jurídicas, regularmente estabelecidas no país que atenda às condições exigidas neste aviso e

seus anexos, devendo pertencer ao ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto pretendido.

2.2 Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:

a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

b) Que não atendam às condições deste edital;

c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei nº 14.133/21.

3. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

3.1. A presente DISPENSA DE LICITAÇÃO ficará ABERTA POR UM PERÍODO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação na plataforma, para envio das propostas de preços e documentação de habilitação, a serem encaminhados através da plataforma Licitar Digital.

3.2. Os interessados deverão inserir a proposta de preços na plataforma de licitações, https://licitar.digital/.

Em caso de dúvidas o setor de compras e licitações fica a disposição na plataforma citada e pelo e-mail: licitacao@ammecimme.org.br

4. DA HABILITAÇÃO:

Como documentos de habilitação os interessados deverão enviar as documentações previstas no **ITEM 6 DO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO 01.** Sendo os seguintes documentos mínimos:

4.1 Habilitação Jurídica

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades empresárias;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.

4.2 Qualificação Técnica

1. **Capacidade Técnica Operacional da Empresa**

- **Atestados de capacidade técnica** emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa já executou, de forma satisfatória, serviços semelhantes ao objeto da contratação (elaboração de projetos técnicos para captação de recursos públicos, especialmente em áreas ambientais ou gestão de resíduos sólidos).
- Os atestados devem comprovar:
  - Execução de **projetos técnicos voltados à gestão ambiental ou resíduos sólidos urbanos**;

- Experiência com **editais de chamamento público ou instrumentos de financiamento público** (ex: termos de fomento, convênios, acordos de cooperação, etc.);
- Cumprimento de prazos e entrega de produtos técnicos compatíveis com o escopo ora pretendido.

2. **Capacidade Técnica Profissional da Equipe**

- Apresentação de **currículos e comprovantes de formação** dos profissionais que integrarão a equipe técnica responsável pela execução do serviço, exigindo-se, no mínimo:
  - **Engenheiro agrônomo e ambiental** ou **engenheiro civil com especialização em gestão de resíduos sólidos**;
  - **Arquiteto ou Urbanista** com experiência em planejamento ambiental ou urbano;
  - **Profissional com formação em políticas públicas ou gestão pública**, preferencialmente com experiência em captação de recursos e elaboração de projetos para o setor público;
  - **Experiência comprovada** (por meio de declarações, certificados ou atestados) em elaboração de projetos similares.

3. **Outros Documentos Técnicos Relevantes**

- Declaração da empresa quanto à **estrutura física e tecnológica adequada** à realização dos serviços;
- Proposta técnica contendo **metodologia de trabalho, cronograma de execução e plano de entregas**.

4.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Certidão de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

4.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital de Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, após solicitação do CIMME, sob pena de inabilitação.
4.5 Serão analisados pela Comissão de Contratação somente os documentos de habilitação do fornecedor com a proposta classificada em primeiro lugar.
4.6 Caso o fornecedor classificado em primeiro lugar seja inabilitado, será analisado os documentos do fornecedor classificados subsequentemente conforme classificação.

5 DA ANALISE DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO:
5.1. Da análise da proposta:
5.1.1. Encerrado o prazo para envio da proposta, o órgão ou entidade realizará a verificação da conformidade das propostas recebidas, quanto à adequação ao objeto

e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, ordenando ordem de classificação.
5.1.2. Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço estimado pelo CIMME para a contratação, o órgão ou a entidade poderá negociar condições mais vantajosas.
5.1.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
5.1.4. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei 14.133.
5.1.5. Definida a proposta vencedora, o órgão ou a entidade deverá solicitar, o envio da proposta, adequada conforme negociação, e, se necessário, de documentos complementares.
5.1.6. No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada com os respectivos valores readequados à negociação.
5.2. **Do empate:**
5.2.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação, o prazo para envio de nova proposta será designado pela Comissão de contratação;
b) Será observado o seguinte critério de desempate:
I.Fornecedor Local;
II.Fornecedor cuja sede seja mais próxima da sede do CIMME;
c) Mantendo assim as propostas empatadas, a classificação será por ordem de sorteio.
5.3. Habilitação:
5.3.1. Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe no item 4 deste aviso.
5.3.2. Os documentos necessários à habilitação deverão ser enviados juntamente com a proposta, na plataforma de licitações: https://licitar.digital/.
5.3.3. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no item 4, o fornecedor será habilitado.
5.3.4. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
5.4. Procedimento fracassado ou deserto:
5.4.1. No caso de o procedimento restar fracassado, o órgão ou entidade poderá:
a) republicar o procedimento;
b) fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

c) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
5.5. O disposto nos incisos a) e c) caput poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

6. DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
6.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
6.3. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceito pelo CIMME.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

7.1. Poderá o CIMME revogar o presente instrumento, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
7.2. O CIMME deverá anular o presente instrumento, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
7.3. A anulação do procedimento de Dispensa, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei nº 14.133/21.
7.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo CIMME.
7.5. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
Anexo 1: Termo de Referência.
Apêndice do Anexo 1: Estudo Técnico Preliminar.
Anexo 2: Modelo de Proposta Comercial.
Anexo 3: Minuta de Contrato.

Conceição do Mato Dentro, 23 de maio de 2025.

Sandey Rogério Aparecido de Oliveira
Secretário Executivo do CIMME